



PLANO DE TRABALHO

1 – DADOS CADASTRAIS

PARTÍCIPES:

PARTÍCIPLE 1: SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

CNPJ: 00.489.828/0001-55

ENDERECO: Esplanada dos Ministérios, Bloco K - Bairro Zona Cívico-Administrativa

CIDADE/UF: Brasília/DF

CEP: 70.040-906

DDD/Fone: (61) 2020-4021

Esfera Administrativa: Federal

Nome do responsável: CRISTINA KIOMI MORI

Cargo: Secretária-Executiva

Nomeada pelo Decreto de 1º de janeiro de 2023, publicado na Edição 1-A/Seção 2 – Extra do Diário Oficial da União de 1º de janeiro de 2023.

PARTÍCIPLE 2: SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL – SGD/MGI

CNPJ: 00.489.828/0074-00

ENDERECO: SEPN 516, Bloco D, lote 8, 1º andar

CIDADE/UF: Brasília/DF

CEP: 70.770-524

DDD/Fone: (61) 2020-2398

Esfera Administrativa: Federal

Nome do responsável: ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS

Cargo: Secretário de Governo Digital

Nomeado pela Portaria nº 1.092, de 23 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2023.

PARTÍCIPLE 3: SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - MPO

CNPJ: 49.203.278/0001-55

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco K - Bairro Zona Cívico-Administrativa

Cidade/UF: Brasília/DF

CEP: 70040-906

DDD/Fone: (61) 2020-4914

Nome do responsável: GUSTAVO JOSÉ DE GUIMARÃES E SOUZA

Cargo: Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento

Nomeado pelo Decreto de 24 de janeiro de 2023, publicado na Edição 17-D, Seção 2/Extra D, publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2023.

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Título do Projeto de Transformação Digital: IntegraMPO - Eficiência digital para a modernização da gestão pública.

Processo SEI nº: 03101.001177/2025-40

Início (mês/ano): setembro/2025

Término (mês/ano): março/2027

O produto do presente acordo será um conjunto de três projetos e sistemas desenvolvidos e em operação. De forma geral, as entregas do projeto serão o Portal de Financiamento Externo (PFE), Portal de Pagamentos a Organismos Internacionais (POPOI) e a Metodologia de Autoavaliação de Políticas Públicas (MAPP). Tais sistemas permitirão que as secretarias do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) possam conduzir seus processos com informações centralizadas e mais bem registradas e organizadas. Por meio do PFE, será possível registrar todas as solicitações de projetos com financiamento externo para as reuniões da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), além de dar uma maior transparência para esse processo. Com o POPOI, será possível fazer o acompanhamento de todos os pagamentos que o Governo Federal realiza para organismos internacionais dos quais o país faz parte. Por fim, o MAPP permitirá a condução de sessões de autoavaliações a respeito das políticas públicas vigentes no país. A intenção é aumentar a escala dessas avaliações para que se tenha parâmetros mais confiáveis de comparação.

3. DIAGNÓSTICO

A administração pública enfrenta desafios significativos na gestão, execução e avaliação de políticas públicas, financiamento externo e pagamentos a organismos internacionais. Os processos manuais e descentralizados geram ineficiências, falta de transparência e impossibilidade de comparação de dados. Visando resolver essas demandas, o MPO está com três sistemas sendo desenvolvidos ao mesmo tempo em conjunto com empresas terceiras. Entretanto, há, atualmente, uma dificuldade em acompanhar e controlar essas demandas junto ao *scrum master*, desenvolvedores e *product owners (POs)*.

Os três projetos analisados – Metodologia de Autoavaliação de Políticas Públicas (MAPP), Portal de Financiamentos Externos (PFE) e Portal de Pagamentos a Organismos Internacionais (POPOI) - buscam solucionar esses desafios por meio da digitalização, automação e padronização de processos, trazendo maior eficiência e transparência para a gestão governamental. Eles estão em execução com equipes do MPO e de empresas terceiras alocadas, portanto algumas entregas dos projetos já foram feitas e já reportam um progresso considerável no cronograma. Tendo em vista a quantidade limitada de recursos do MPO, através da iniciativa do Programa Startup Gov.br, os três projetos serão unificados, de modo a otimizar o seu controle e gestão e ter ganhos na visibilidade dos seus resultados.

Em relação ao PFE, faz-se necessária divulgação com qualidade das informações relacionadas ao financiamento externo de projetos. Diante dessa situação, existe a necessidade de revisar e simplificar os procedimentos de submissão das solicitações junto à COFIEX para a autorização de projetos ou de programas do setor público com

apoio financeiro de fontes externas. Importa também o emprego de tecnologias de informação para a otimização e modernização da gestão desses processos no âmbito da Administração Federal, que hoje ocorrem de forma sem padronização e através de planilhas.

Quanto ao POPOI, é fundamental a disponibilização de um sistema para controlar e formalizar os processos de pagamento para organismos internacionais – cuja tramitação ocorre via e-mail ou via SEI – bem como para a manutenção, atualização e consulta dessas informações, de modo a conferir mais agilidade e eficiência aos processos. Outra necessidade identificada é a integração desse novo sistema para receber dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

Por fim, para o MAPP, é necessário estruturar uma automatização do processo de autoavaliação dentro dos Sistemas de Monitoramento e Avaliação (SM&A) do Governo Federal, de modo que seja alcançada uma convergência metodológica entre múltiplos atores para garantir que os resultados sejam comparáveis ao final. Será fundamental a adoção de uma tecnologia de avaliação que seja simplificada, que possibilite uma execução rápida e um número maior de avaliações. Já há modelos de avaliação de órgãos internacionais e do próprio governo federal que podem ser usados como base para esse desenvolvimento. Com base nesses modelos e em outras experiências do próprio governo federal, entende-se que o modelo a ser desenvolvido pode ser um check-list estruturado, de respostas controladas e que busque avaliar a presença de boas práticas de desenho e implementação de política, o alinhamento com as prioridades estratégicas de governo e a existência de evidências que possam suportar uma expectativa crível de impacto positivo da política. Para garantir a escala da pesquisa e a comparabilidade dos resultados, o processo não deverá se aprofundar no registro das especificidades de cada política.

4. ABRANGÊNCIA

O Projeto Integra MPO terá abrangência conforme descrito abaixo:

PFE:

O sistema a ser desenvolvido será utilizado por diversas entidades dos governos federal, estadual e municipal que busquem executar um projeto com financiamento de fontes externas. Também estarão envolvidos os entes financiadores e as equipes do MPO e da COFIEC. Nos últimos três anos houve uma solicitação de aproximadamente US\$ 43 bilhões, divididos em 277 pleitos, o que dá uma perspectiva da importância de se ter o controle dos recursos.

POPOI:

Em relação ao POPOI, os órgãos setoriais e o MPO serão diretamente impactados pela melhora na governança e na gestão do processo e dos pagamentos. Em 2024, o Ministério realizou o pagamento de aproximadamente R\$ 1,87 bilhão para 130 organismos internacionais. O sistema implementado permitirá que os órgãos setoriais e os órgãos internacionais possam ter uma melhor visibilidade do processo e que o Ministério possa ter um controle e um planejamento mais eficaz para conduzir os pagamentos.

MAPP:

Os principais interessados em ter acesso ao sistema funcional é o MPO, através da SMA e os respectivos gestores de políticas públicas. Os resultados das autoavaliações servirão como insumos para as reuniões do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP). Os gestores das políticas públicas também serão impactados por meio dos pareceres dos relatórios orientativos emitidos ao final do

preenchimento da avaliação, o que os permitirá desenvolver melhor os trabalhos. Os principais objetivos a serem alcançados serão o mapeamento quantitativo e qualitativo das políticas públicas existentes no Brasil (estima-se que em 2022 eram 660) e a redução do prazo de autoavaliação, de um ano para um mês.

5. JUSTIFICATIVA

Para o MGI, a iniciativa dessa startup será importante para a promoção e participação de projetos relevantes, aceleração da transformação digital do Governo Federal e redução de custos e dos prazos de entrega. No caso do MPO, será benéfico por apoiar na conclusão das demandas em andamento, pelo reforço na equipe, ganho de visibilidade do progresso do projeto e pelo ganho de conhecimento em orientação metodológica e ferramentas tecnológicas. E, para ambos os Ministérios, haverá ganhos de gestão e controle dentro do serviço público e de transparência, com seus resultados gerando valor para a sociedade.

Como benefícios mais específicos dos projetos, podemos citar:

PFE:

- Simplificação, transparência, previsibilidade, agilidade e isonomia nos processos relativos à autorização de programas ou projetos do setor público com apoio de natureza financeira de fontes externas, por parte da COFIEC.

POPOI:

- Ganho de eficiência e agilidade nos processos;
- Centralização do tratamento dos dados e documentos relacionados aos compromissos internacionais;
- Maior transparência, eficiência e facilidade de acesso às informações sobre os pagamentos; e
- Controle da recepção e processamento das *invoices*.

MAPP:

- Redução drástica no tempo necessário para realizar a avaliação de políticas públicas;
- Elevação da escala de autoavaliação;
- Indução de boas práticas de monitoramento e avaliação dentro da administração pública;
- Criação de cultura compartilhada de monitoramento e avaliação dentro da administração pública;
- Aumento da comparabilidade dos resultados avaliativos;
- Maior prestação de contas e transparência sobre a qualidade das políticas; e
- Melhoria da qualidade geral das políticas públicas e da efetividade do governo.

6. OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICO

Objetivos gerais:

PFE:

- Implementar um novo sistema eletrônico para autorizar projetos do setor público com financiamento externo, reduzindo a complexidade e aumentando a transparência nos processos da COFIEX.

POPOI:

- Desenvolver e implementar uma plataforma eletrônica integrada para centralizar e automatizar o fluxo processual de pagamentos a organismos internacionais, aumentando a transparência, a eficiência e a agilidade dos processos, bem como promovendo integração com os sistemas federais de planejamento e execução orçamentária (SIAFI).

MAPP:

- Desenvolver e implementar uma ferramenta padronizada de autoavaliação de políticas públicas, permitindo maior escala, comparabilidade e agilidade nos processos de monitoramento e avaliação no Governo Federal.

Objetivos específicos:

PFE:

- Desenvolver uma Plataforma Eletrônica integrada para processamento das autorizações de projetos financiados externamente. Ela substituirá um sistema defasado, otimizando processos administrativos; e
- Implementação de um Painel de Informações para acompanhamento do histórico dos projetos financiados externamente, melhorando, assim, a transparência e controle dos projetos aprovados.

POPOI:

- Criar um sistema para automatizar o processo de registro de pagamento a organismos internacionais. Ele deve permitir a manutenção, atualização e consulta dessas informações, de modo a conferir mais agilidade e eficiência aos processos e reduzir atrasos. Melhorando, assim, aspectos de governança interna. O sistema também deve permitir a integração aos sistemas federais do SIAFI e SEI, para otimizar a execução orçamentária e financeira, garantindo o controle e acompanhamento dos pagamentos; e
- Disponibilizar um painel público com informações detalhadas sobre os pagamentos a organismos internacionais, atendendo às diretrizes de transparência do governo federal.

MAPP:

- Desenvolver uma plataforma online para aplicação da MAPP, acessível a gestores públicos e usuários, para autoavaliação de políticas. Ela será administrada pela Secretaria de Monitoramento e Avaliação (SMA). Dentro da plataforma, também deverá ser possível gerar relatórios automatizados com diagnóstico das políticas avaliadas na plataforma MAPP; e
- Treinamento e Engajamento dos Gestores Pùblicos, através da criação de materiais orientativos para o uso da MAPP e da plataforma online, que serão produzidos em conjunto com o Ipea e ENAP, sendo fundamental para garantir a adesão e correta aplicação da metodologia. A escala das avaliações das políticas

do Governo Federal deverá crescer de modo a alcançar todos os ministérios de forma gradual.

7. METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

A Secretaria de Governo Digital atuará no projeto nas seguintes frentes:

- Participação do Secretário (ou substituto indicado) no Comitê Estratégico;
- Acompanhamento pela equipe de projetos do Programa Startup gov.br, para orientar e facilitar a atuação do Líder do projeto e monitorar o projeto nas reuniões de gestão;
- Fornecimento dos especialistas de tecnologia da informação, conforme perfis definidos no Acordo de Cooperação Técnica, para atuação no projeto; e
- Oferta dos serviços de pesquisa e design de experiência do usuário, por meio do Laboratório de Qualidade de Serviços Públicos (LabQ), voltados para melhorias centradas no cidadão. As atividades são focadas no diagnóstico de problemas, sugestões de melhorias e no (re)desenho do produto/serviço, com base na análise das características e necessidades do projeto.

O Ministério do Planejamento e Orçamento atuará no projeto nas seguintes frentes:

- Disponibilização de equipe de negócio para identificação de processos e requisitos da solução;
- Disponibilização de equipe de técnicos para apoiar a atuação do projeto;
- Fornecimento de espaço físico e recursos para a atuação presencial da equipe do projeto;
- Disponibilização de todos os documentos, manuais técnicos e acessos a sistemas necessários à consecução do projeto;
- Atuação junto a fornecedores para viabilizar as integrações necessárias à solução; e
- Interlocução com demais órgãos de Governo, nas três esferas, no que se fizer necessário.

8. UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Comitê Estratégico do Projeto

Secretário de Governo Digital do MGI - ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS

Diretora de Gestão e Administração Estratégica da Secretaria Executiva do MPO - LORENA FERRER CAVALCANTI RANDAL POMPEU

Líder do projeto Ministério do Planejamento e Orçamento

Nome: Gustavo Andrade Bruzeguez

Cargo: Coordenador Geral de Tecnologia, Contabilidade, Orçamento e Finanças

Telefone: (61) 2020-5575

E-mail: [REDACTED]

Ponto Focal (Escritório de Projetos Secretaria de Governo Digital)

Nome: Jackeline Paula de Godoi Degani

Cargo: Coordenadora-Geral de Projetos Estratégicos

Endereço: SEPN 516 Bloco D lote 8, 1º andar

Telefone: (61) 2020-2405

E-mail: [REDACTED]

Ponto Focal Ministério do Planejamento e Orçamento

Nome: Álvaro José de Andrade Carneiro

Cargo: Coordenador de Tecnologia da Informação

Telefone: (61) 2020-5575

E-mail: [REDACTED]

9. RESULTADOS ESPERADOS

PFE:

- Simplificação, transparência, previsibilidade, agilidade e isonomia nos processos relativos à autorização de programas ou projetos do setor público com apoio de natureza financeira de fontes externas, por parte da COFIEC.

POPOI:

- Ganho de eficiência e agilidade nos processos;
- Centralização do tratamento dos dados e documentos relacionados aos compromissos internacionais;
- Maior transparência, eficiência e facilidade de acesso às informações sobre os pagamentos; e
- Controle da recepção e processamento das invoices.

MAPP:

- Redução drástica no tempo necessário para realizar a avaliação de políticas públicas;
- Elevação da escala de autoavaliação;
- Indução de boas práticas de monitoramento e avaliação dentro da administração pública;

- Criação de cultura compartilhada de monitoramento e avaliação dentro da administração pública;
- Aumento da comparabilidade dos resultados avaliativos;
- Maior prestação de contas e transparência sobre a qualidade das políticas; e
- Melhoria da qualidade geral das políticas públicas e da efetividade do governo.

10. PLANO DE AÇÃO

Ação	Responsável	Prazo	Situação
PFE			
· Módulos de agendamento da reunião COFIEX · BI do Sistema antigo (SIGS)	First Decision / MPO	3º Tri/25	Em andamento
· Aprimoramentos dos módulos COFIEX e correção de erros · Funcionalidades de notificações e alertas aos usuários · Módulo de auditoria	First Decision / MPO	3º Tri/25	Não iniciado
· Manual de utilização (apoio externo)	MPO / UnB	4º Tri/25	Não iniciado
· Módulo dos processos de negociação de contratos: o Pedido de abertura de negociação o Conclusão da negociação	First Decision / MPO	1º Tri/26	Não iniciado
· Módulo de execução de contratos: o Cronograma de pagamentos (acompanhamento de desembolsos e pagamentos)	First Decision / MPO / Startup MGI	2º Tri/26	Não iniciado
· Migração dos dados do sistema SIGS para o PFE · Avaliação da plataforma – UX;			
· Painel gerencial o Dashboard o Relatório o Indicadores			
· Painel de informações para o cidadão. o Dashboard o Relatório o Indicadores	First Decision / MPO	3º Tri/26	Não iniciado
POPOI			

<ul style="list-style-type: none"> · Interações com sistemas externos (SIAFI, BACEN e SEI): <ul style="list-style-type: none"> o Criação da nota de empenho; o Criação da ordem bancária; · Funcionalidade de criação de documentos SEI; · Módulos de análise e pagamentos: <ul style="list-style-type: none"> o Criação dos módulos de trabalho da COPOI (Coordenação de pagamentos) e DIPOI (Divisão de pagamentos); o Inserção de informações de organismos internacionais. 	First Decision / MPO	3º Tri/25	Em andamento
<ul style="list-style-type: none"> · Módulo de relatórios gerenciais; · Dashboard; · Avaliação da plataforma – UX. 	First Decision / MPO / Startup MGI	3º Tri/25	Não iniciado
<ul style="list-style-type: none"> · Painel de acesso a dados de pagamento para o cidadão; · Tutorial de utilização da plataforma; · Criação de logomarca. 	First Decision / MPO / UnB	4º Tri/25	Não iniciado
<ul style="list-style-type: none"> · Implementação de chatbot; · Auditorias de segurança; · Auditoria de qualidade do Sistema 	First Decision / MPO / Startup MGI	1º Tri/26	Não iniciado
MAPP			
<ul style="list-style-type: none"> · Desenvolvimento de dashboards gerenciais / relatórios; · Funcionalidades de exportação de dados; · Envio de dúvidas por parte dos solicitantes; · Autenticação com o SIAPE. 	Sydle / MPO / Ipea	3º Tri/25	Em andamento
<ul style="list-style-type: none"> · Disponibilização do portal; · Avaliação da plataforma – UX; · Início da divulgação da ferramenta junto a outros Ministérios e órgãos interessados; · Treinamento – Curso EAD. 	Sydle / MPO / Startup MGI / Ipea	3º Tri/25	Não iniciado
<ul style="list-style-type: none"> · Estruturação de processos de aplicação da MAPP junto ao CMAP; · Aplicação da MAPP para o ciclo 2025. 	MPO / Ipea	4º Tri/25	Não iniciado

· Estruturação do treinamento presencial; · Desenho e prototipação – Gamificação; · Dashboard público.	Sydle / MPO / UnB	1º Tri/26	Não iniciado
· Entrega – Gamificação e incorporação na plataforma; · Desenho e prototipação – Funcionalidades em IA; o Ex: Autopreenchimento, análise das respostas e validação cruzada.	Sydle / MPO	2º Tri/26	Não iniciado
· Entrega – Funcionalidades em IA	Sydle / MPO	4º Tri/26	Não iniciado

11 - EQUIPE NECESSÁRIA

DETALHAMENTO DA EQUIPE

Perfil	Quantitativo	Órgão de origem
Analista de processos	1	MGI
Desenvolvedor	1	MGI
Analista UX	1	MGI
Gestão de Projetos	2	MGI
Segurança da Informação	1	MGI
TOTAL	6	

12 - RISCOS

Neste projeto foram identificados eventuais riscos, dentre os quais destacam-se:

DETALHAMENTO DE RISCOS

Risco	Probabilidade de ocorrer	Impacto
Atrasos no desenvolvimento de sistemas	Média	Alta
Mudanças de provedores de serviços de TI	Baixa	Média
Mudança da equipe de desenvolvimento	Média	Alta
Complexidade não previstas no desenvolvimento do sistema	Baixa	Média

Alteração da legislação referencial sobre financiamentos externos	Baixa	Alta
Dificuldade na adesão e compreensão das novas ferramentas pelos gestores e usuários	Média	Média
Gestores têm dificuldade em compreender os conceitos necessários para aplicação da MAPP	Baixa	Média
Relatórios de diagnóstico automatizados não são reconhecidos pelos gestores de políticas públicas	Média	Alta
Plataforma da MAPP não é agradável para o usuário	Média	Alta
Baixa adesão dos ministérios	Média	Alta
Necessidade de articulação política	Média	Média

Com o intuito de dirimir os riscos aqui identificados, foram definidos a metodologia de intervenção, a estratégia de gerenciamento e o monitoramento do projeto, incluindo-se a mensuração de indicadores.

13 - ESTRATÉGIA DE MONITORAMENTO

O monitoramento do projeto se dará por meio da disponibilização e acompanhamento de informações em meio eletrônico e complementadas por reuniões presenciais ou virtuais de acompanhamento, abrangendo o que segue:

- Preenchimento de informações semanais sobre o andamento do projeto;
- Pontos de controle quinzenais entre líderes do projeto, gerente do escritório de projetos ágeis da Secretaria de Governo Digital e pontos focais dos órgãos parceiros; e
- Reuniões mensais do Comitê Estratégico do Plano, ou conforme a periodicidade julgada mais adequada pelos participes diante do cronograma de entregas pactuado.

No âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento:

- Alimentação periódica de informações em sistema próprio (MS Project, por exemplo);
- Pontos de controle semanais (técnicos) entre a equipe do projeto;
- Pontos de controle quinzenais (gerenciais) com a equipe do projeto e o Gerente de Projetos; e
- Avaliação da evolução dos indicadores de desempenho, resultado e impacto:

Indicadores	Fórmula do cálculo	Periodicidade
-------------	--------------------	---------------

Execução global do projeto	Total de funcionalidades realizadas desde o início do projeto até o mês de apuração / total de funcionalidades previstas para todo o projeto	Mensal
Entregas realizadas no prazo	Total de funcionalidades realizadas no prazo no mês / total de funcionalidades realizadas no mês	Mensal
Quantidade de acessos por mês (PFE)	N. de acessos registrados no sistema durante o mês	Mensal
Quantidade de aprovações por reunião da COFIEX (PFE)	N. de projetos aprovados em cada reunião	Trimestral
Quantidade de contratos assinados (PFE)	N. de contratos formalmente assinados no período	Trimestral
Tempo médio de preparação para reunião do COFIEX (PFE)	Tempo total gasto na preparação/N. de reuniões	Trimestral
Amplitude (nº estados/municípios utilizando o sistema) (PFE)	N. de estados e municípios que utilizaram o sistema no período	Trimestral
Nível de satisfação dos usuários (POPOI)	Nota das avaliações dos órgãos/total de avaliações recebidas*100 (o resultado é a porcentagem de usuários satisfeitos)	Semestral
Lead time do processo (POPOI)	Tempo médio entre a solicitação e a finalização do processo	Mensal
Horas de trabalho necessárias para análise e instrução do pagamento (POPOI)	Horas trabalhadas pelos responsáveis/ N. total de pagamentos analisados	Mensal
Valores que deveriam ter sido pagos, mas não foram por não ter orçamento (POPOI)	Valores pendentes por insuficiência de orçamento	Mensal
Quantidade de acessos ao sistema (POPOI)	N. de acessos registrados no período	Mensal
Nº de acessos à Plataforma (MAPP)	N. de acessos realizados na plataforma	Semestral
Nº usuários cadastrados na Plataforma (MAPP)	N. de usuários cadastrados com login e senha	Semestral
Nº de avaliações realizadas (MAPP)	N. de relatórios de diagnóstico automatizados gerados	Semestral
Nº de avaliações validadas (MAPP)	N. de relatórios automatizados de diagnóstico produzidos com validação dos administradores da plataforma da MAPP	Semestral
Total de políticas avaliadas (MAPP)	N. de políticas com avaliação validada na plataforma da MAPP	Semestral
Total de ministérios usuários (MAPP)	N. de Ministérios com usuários cadastrados na plataforma	Semestral

Tempo médio de preenchimento (MAPP)	Tempo total gasto no preenchimento/N. De formulários preenchidos	Semestral
-------------------------------------	--	-----------

Aprova-se o presente Plano de Trabalho.

CRISTINA KIOMI MORI

Secretária-Executiva

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

GUSTAVO JOSÉ DE GUIMARÃES E SOUZA

Secretário-Executivo

Ministério do Planejamento e Orçamento

ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS

Secretário de Governo Digital

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo José de Guimarães e Souza, Secretário(a) Executivo(a)**, em 04/09/2025, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogerio Souza Mascarenhas, Secretário(a)**, em 04/09/2025, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Kiomi Mori, Secretário(a) Executivo(a)**, em 09/09/2025, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **52467927** e o código CRC **99C99381**.

Referência: Processo nº 03101.001177/2025-40.

SEI nº 52467927